

## DESENVOLVIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA QUESTÃO ECONÔMICA, UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Bruno Batista da Cunha  
Mestrando em Geografia - UFFa  
[brunocunha@ufpa.br](mailto:brunocunha@ufpa.br)

### RESUMO

*O desenvolvimento econômico nos oferece evidentes alinhamentos com o progresso de sociedades organizadas, mas também, acarreta um ser par de desigualdades e, este artigo intenta relatar tais efeitos adversos sobre a distribuição de renda, permeados por contextualizações nas quais as ciências econômica e geográfica parecem (apenas parecem) se superpor. Desta feita, para este desiderato, buscaremos entender o que é desenvolvimento, o que é renda, como visualizar justiça na sua distribuição e como tais desigualdades se apresentam na formação sócio-espacial, com a colaboração das relações entre as ciências citadas. Transitaremos, inevitavelmente, pelas decisões políticas, pelas revoluções necessárias e pelas similitudes entre a Economia Espacial e a Geografia Econômica.*

**Palavras Chave:** Desenvolvimento; distribuição de renda; formação sócio-espacial; questão econômica; abordagem geográfica.

## DEVELOPMENT AND DISTRIBUTION OF YIELD: AN ECONOMIC QUESTION, A GEOGRAPHICAL APPROACH

### ABSTRACT

*The economic development offers us evident alignments with the progress of societies organized, but also, causes a couple of inequalities and, this article is going to relate such adverse effects about the distribution of yield, penetrated by settings where the geographical and economic sciences look (barely look) be put before. Of this made, for this end, we will seek to understand what is development, what is yield, as visualize justice in its distribution and like such inequalities are presented in the social-spatial formation, with the collaboration of the relations between the sciences cited. We will travel, inevitably, by the political decisions, by the necessary revolutions and by the resemblances between the spatial economy and the economic geography.*

**Keywords:** Development; distribution of yield; social-spatial formation; economic question; geographical approach.

### Introdução

Quando Horacio Capel nos presenteou com a obra *Geografía Humana y ciencias sociales, una perspectiva histórica*<sup>1</sup> despiu-se de toda doutrina marxista que o acompanhara em outras produções e se fez, simplesmente, um professor. Nesta obra, revestida da mais essencial forma didática do ensinamento pedagógico, abordou o nascimento da Geografia Humana e suas interfaces com a antropologia, com a sociologia e com a Economia. Numa tentativa, ao nosso ver bem sucedida, de se retirar de um contexto de concepções contraditórias ou complementares e olhar por sobre as relações entre a Geografia Humana e outras ciências sociais, Capel (1989) nos apresentou considerações significativas.

Recebido em 10/01/2007  
Aprovado para publicação em 31/05/2007

Este intróito serve para que nos justifiquemos, pois não pretendemos, aqui, uma re-edição simplificada de Capel (1989), contudo, ao nos arvorarmos em falar sobre desenvolvimento e as contraposições entre Geografia e Economia, enquanto ciências da sociedade aptas a analisar e teorizar a respeito do desenvolvimento, *lato sensu*, bem como discorrer sobre suas conseqüências na distribuição de renda, teremos, sim, que, recorrentemente, nos reportar à obra em questão, por entendermos que se trata de uma referência propícia para qualquer cotejo entre as mencionadas ciências.

Contudo, vale a pena esclarecer que não objetivamos traçar um mapa de concepções distintas entre duas ciências. Valer-nos-emos, é verdade, da visão econômica, ao longo deste artigo, não para que seja superposta por uma visão geográfica, evidentemente diferente, mas sim, para que justifique a abordagem geográfica a que pretendemos. Muito embora as contestações acabem saindo fluentemente, ratificamos que estamos deitados sobre uma questão econômica, entretanto, agasalhados por uma abordagem geográfica.

### **Considerações sobre a abordagem geográfica**

Antes de invadir a problemática do desenvolvimento, há que ser feita uma consideração sobre o que seria uma abordagem geográfica, ou melhor, que categoria geográfica estará nos apresentando subsídios teóricos para nossa abordagem. Não intentamos ceder ao lugar comum que tomou as recentes análises geográficas e aplicar nossa temática sobre a categoria espaço. Claro que concordamos com Correa (2003) quando fala que a Geografia, por ser uma ciência social, estuda a sociedade e que se distingue das demais ciências sociais ao fazê-lo através do espaço. É certo também que falar de espaço é, intrinsecamente, relatar algo expresso sobre o tempo, como nos sugere Sposito (2004) quando trata dos referidos conceitos, como conceitos indissociáveis. Todavia, entendendo, inclusive, que, em última análise, um leitor mais crítico dirá que estamos sim, nos valendo da análise espacial, preferimos um recorte mais específico: a formação sócio-espacial.

Não nos sentiríamos aptos, após discorrer sobre desenvolvimento e o desenvolvimentismo nacional, para chegar na distribuição de renda senão fosse através da formação sócio-espacial<sup>2</sup>.

É bem verdade que abrimos uma janela para que análises sociológicas nos auxiliem. Ótimo: servirá para que o leitor veja que de fato não se trata de um escrito de contraposições entre Geografia e Economia. Mas também é verdade que estas abordagens sociológicas não caíram de "pára-quadras" neste texto. Falamos isso porque, muito embora Schumpeter (1982)<sup>3</sup> tenha dito que a explicação de um fenômeno econômico é satisfatória tão somente no momento em que chega a uma causa não-econômica, disse também, que para fazer uma análise econômica, havia que se restringir puramente à Economia, não lhe faltando escrúpulo nenhum em dizer, coerentemente com sua visão, que os aspectos sociais não poderiam ser abordados.

### **A teoria do desenvolvimento econômico, na Geografia**

Joseph A. Schumpeter, ao editar *A teoria do desenvolvimento econômico*, procurava uma nova explicação para o desenvolvimento econômico com base nas mudanças endógenas e descontínuas na produção de bens e serviços. Trata-se, portanto, de fato, de um momento histórico. Agarrava-se à idéia de que um fator social corresponde a um comportamento humano, o que passava a não interessá-lo. Cabia-lhe sim, o fator econômico, pois a ele correspondia um comportamento econômico. Schumpeter (1982) dialoga com seu leitor através das inovações empresariais como essência do desenvolvimento, razão pela qual pode-se supor uma modificação em um ciclo econômico estabelecido. Tais modificações, obviamente, pressupõem desequilíbrio. Daí que o desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular<sup>4</sup> ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua dos canais de fluxos, perturbação que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente.

Ao rebater a análise do desenvolvimento econômico sobre o pensamento econômico brasileiro, Bielschowsky (2000, p.211) perpassa pela tradição neoliberal, pelo ecletismo teórico de Roberto

Campos, pelo desenvolvimentismo nacionalista (com referência destacada de Celso Furtado) e pelo materialismo histórico marxista para chegar a Ignácio Rangel e afirmar que: “a economia brasileira, não obstante ser subdesenvolvida e dual, não escapa às leis de funcionamento próprias do capitalismo, porque seu setor moderno é capitalista”.

Parece-nos, de antemão, redundante e enfadonho falar sobre as desigualdades do capitalismo, todavia nosso intuito é de focar no desenvolvimento como matriz dessa desigualdade. Mas como o olhar geográfico é capaz de observar essa desigualdade com sua identidade científica, isto é, a partir da formação sócio-espacial, como sugerimos?

Primeiramente, temos que ouvir Harvey (1980: 81)<sup>5</sup>:

“Os geógrafos têm [...] acompanhado os economistas num estilo de pensamento, no qual as questões de distribuição são deixadas de lado (principalmente porque elas envolvem desagradáveis juízos éticos e políticos), enquanto os padrões de localização “ótimos” eficazes são determinados a partir de uma distribuição particular de renda hipotética”.

Na verdade, o pensamento econômico baseou, durante anos, a vertente geográfica chamada de Geografia Econômica, ao ponto de Luckermann<sup>6</sup> (1958) *apud* Capel (1980) dizer que a Geografia Econômica tinha a necessidade de ser “mais geográfica”. Isto porque, a essência econômica das análises sociais dentro da Geografia Econômica se fez presente ao longo de um grande período. Na Alemanha, por exemplo, os geógrafos teorizavam a partir de métodos do campo econômico, como é o caso de Christaller<sup>7</sup> (1933), que admitiu planejar através de método econômico que incluísse considerações sociológicas, bem como métodos matemáticos objetivos. Nos Estados Unidos, trabalhos como os de Alfred Weber, de 1909 (Teoria da Localização Industrial), influenciaram a Geografia Urbana daquele país até o final dos anos de 1920, do século passado. Ainda nos EUA, obras de economistas<sup>8</sup> nas décadas de 30 e 40 do século XX influenciaram, consideravelmente no início da Geografia Quantitativa (CAPEL, 1980, p.99-100).

Capel (1980, p.101) faz também uma análise sobre a influência da Economia sobre a Geografia britânica, citando vários exemplos similares aos anteriores. Ainda, segundo este autor:

“Todas essas mudanças nas concepções da Geografia Econômica foram, sem dúvida, impulsionadas pela incidência de fatores ‘externos’. Na Grã-Bretanha, a colaboração, entre 1930 e 1940, de geógrafos e economistas, nos comitês para o desenvolvimento de áreas deprimidas e na intervenção em trabalhos sobre utilização do solo, [...], teve uma indubitável incidência na introdução de novas idéias e preocupações na Geografia britânica, da mesma forma que ocorreu nos Estados Unidos, onde as medidas que se adotaram para resolver a crise de 1929, tiveram, assim mesmo, um claro impacto no pensamento geográfico”.

Neste período, no Brasil, não se tinha como identificar uma identidade geográfica, sequer, que nos valesse comparações às retromencionadas. As idéias schumpeterianas de prosperidade, a partir de inovações empresarias (leia-se, industriais), eram, de alguma forma, o cerne da origem do pensamento desenvolvimentista nacional, muito embora bem mais liberais que o contexto brasileiro supunha assimilar, isto porque falamos do espaço de tempo congruente com o Estado-novo. Este movimento ideológico acabou beneficiado por situações políticas de alcance econômico muito favoráveis, como a defesa de um nacionalismo exacerbado e a natural contraposição ao liberalismo, bem como a implantação da ideologia de industrialização como binômio indissociável do progresso, muito embora o governo Vargas apresentasse algumas contradições a respeito (BIELSCHOWISK, 2000, p.248-249).

As diversas escolas de Geografia no mundo atentavam a fatores econômicos como preços, acessibilidade a mercados, força de trabalho, capitais disponíveis dentre outros, para explicar uma série de fenômenos da Geografia Humana. Entrementes, naquele momento, a Geografia Humana, segundo Febvre (1922)<sup>9</sup> *apud* Capel (1980, p.105-106), debruçava-se sobre um homem abstrato, “um homem confuso e não analisado”. Parecia que a Geografia estava criando um *Homo Geographicus*, como se, absurdamente, estivesse dando um irmão tardio ao *Homo*

*Oeconomicus*<sup>10</sup> que os “próprios economistas haviam tido tanto trabalho para desprender de suas especulações”.

O desenvolvimento econômico e o desequilíbrio inerente à sua existência, além da contínua modificação em busca do progresso, através de suas inovações, motivadoras de maiores distanciamentos entre as classes, através da mais-valia e lucro correlato, trouxeram consigo uma gama de informações sobre as evidências sócio-espaciais como uma força teórica tão dimensional, que subverteu as abordagens geográficas da primeira metade do século passado a adequações dos métodos econômicos com um propósito geográfico não geograficamente muito claro. A Geografia Econômica talvez tenha perdido a possibilidade de ser a mais fiel ponte a ligar a ciência geográfica à política, ao urbanismo ou à cultura, no referido período, subjugada que foi pelos preceitos econômicos e suas teorias.

### **A renda, a distribuição da renda e a formação sócio-espacial**

O desenvolvimento, na condição de evento que quebra o equilíbrio de um fluxo circular, isto é, aquele que acaba por atribuir valor aos meios de produção como item a superar a idéia de que todo valor provém exclusivamente da terra e da força de trabalho, e que estabelece a dualidade utilidade-desutilidade ao trabalho, exacerbando as discrepâncias da sua divisão, traz consigo três importantes variáveis: o dinheiro, o tempo e o lucro.

O dinheiro nada mais é que o elemento da circulação de bens e de seus valores. Dinheiro, portanto, é a expressão do **poder de compra**. O tempo estabelece a primeira arritmia num fluxo econômico, de tal sorte que um pagamento presente é visto, meramente, como uma troca, contudo, os pagamentos futuros são realizados a partir de fundos ou créditos. A combinação entre os meios de produção e o crédito é considerada o elemento fundamental do desenvolvimento econômico. Só que crédito não é concedido a quem não possa se endividar, gerando um ciclo restrito de re-investimento, ou de re-capacitação de débito, que estará intimamente ligada à distribuição de renda.

O lucro por sua vez, uma “imperfeição econômica”, trata-se de um “prêmio pelo trabalho do empresário”, portanto, o lucro não está nos salários, não está na terra e não está nos meios de produção; é um excedente sobre os custos; diferença entre receitas e despesas do negócio, obtida por indivíduos que não fizeram nada mais do que empregar os bens existentes com maiores efeitos, apenas realizando inovações. Logo, só há lucro quando há desenvolvimento (SCHUMPETER, 1982).

Como a taxa de lucro é diretamente proporcional à mais-valia e inversamente proporcional aos capitais de terceiros e à força de trabalho, maior será o lucro quanto menor for o valor do trabalho, quanto menor for, portanto, o salário do empregado. Daí que o desenvolvimento é, naturalmente, causador de desigualdades.

Já a renda possui efeito cumulativo. Harvey (1980) se vale de quatro definições, similares até, para renda e assim o faz:

- Soma recebida e disponível ao consumo em um dado ano;
- Todas as receitas que aumentam o poder de compra sobre os recursos escassos, em uma sociedade;
- Soma algébrica do valor de mercado dos direitos de consumo e;
- Soma algébrica da troca de bens apropriados num determinado período.

Renda, portanto, é dinheiro. Dinheiro destinado ao consumo ou à reprodução. O lucro permite maiores créditos e maiores créditos sugerem maiores rendas em determinado período. Assim, estes ganhos, esta renda é, inescrupulosa e economicamente explicável, um elemento diferenciador de classes. Esta diferenciação é evidenciada pela má distribuição da renda.

A formação sócio-espacial está fortemente atrelada aos aspectos da má distribuição de renda. Se outrora, mais precisamente nas primeiras décadas do século anterior, quando a sociologia estadunidense, capitaniada por Robert Park e seus discípulos da Escola de Chicago, chegou a formular um modelo de urbanização de círculos concêntricos, como se territórios fossem

demarcados à similitude das relações ecológicas, as teorias econômicas que a sucederam incrementaram, ao modelo, os eixos de ligação, isto é, razão pela qual quem detinha maior poder econômico, poderia pagar por uma distância maior, o que levaria os ricos às periferias e os pobres aos centros comerciais com suas oportunidades de emprego. Primeiramente, ambas as imaginações sócio-espaciais eram tão americanizadas<sup>11</sup> quanto pouco relacionais.

Mas é verdade que o espaço urbano é um celeiro de oportunidades. A relação entre salário (fruto de processo social) e localização é baseada em oportunidade de emprego (categoria) e oportunidade de moradia (tipologia). Só que a formação sócio-espacial é um processo contínuo de ajustamento. Toda e qualquer modificação num sistema urbano sugere um ajustamento entre as partes e das partes em relação à modificação. Tais transformações atingem a todos os cidadãos em formas e intensidades diferentes, bem como, a população se ajusta a estas mudanças com capacidades de adequação distintas. Cabe-nos supor que se adequarão mais rápida e eficientemente às transformações sócio-espaciais, aqueles que puderem alocar maiores recursos. Este evento é cumulativo, fazendo da cidade (e seu crescimento) um retrato do processual aumento das desigualdades na distribuição de renda. Este quadro nos conduz a uma organização social territorial na cidade, contudo, também, a um número infinito de regionalizações.

O pensamento econômico brasileiro pouco se atentou à distribuição da renda, até porque a distribuição da terra (leia-se, reforma agrária) sempre pareceu um déficit mais eloqüente nas discussões políticas, de direita ou de esquerda, que ecoaram ao longo da segunda metade do século derradeiro. Quando se falava de distribuição de renda parecia haver consenso entre os opostos políticos de que se deveria (a) nem tanto reduzir os lucros, bem como (b) não achatam os salários. Bielschowski (2000) fala sobre o pensamento de Eugênio Gudín a respeito, dizendo que o economista entendia que uma elevação do salário deveria estar associada ao aumento de produtividade. É nosso entendimento, entretanto, que salários adequados à produtividade nos fazem inferir em meios de produção melhor avaliados, e com isso, criação de trabalhos “desúteis” e conseqüentemente, desempregos e/ou sub-empregos em números maiores.

Parecia ser consenso, também, de que o “desenvolvimento não deveria ser financiado às custas de uma compressão do consumo básico ou de uma redução do salário real do trabalhador”, todavia os mais conservadores defendiam a idéia de uma concentração inicial de renda capaz de proporcionar um crescimento tal que viria a permitir uma futura descentralização, em forma de aumentos salariais (BIELSCHOWSKI, 2000, p.73).

Nesse sentido, Gudín (1954)<sup>12</sup> *apud* Bielschowski (2000) é proverbial:

“A legislação do salário mínimo procura transpor para o campo social um problema que é, em sua essência, econômico. O fim colimado é de uma redistribuição de renda em favor de um determinado grupo, o dos baixos salários. Mas a distribuição de renda em Economia de mercado não é arbitrária; obedece ao princípio de que cada um recebe dos outros a compensação correspondente aos serviços que presta, de acordo com a livre avaliação do mercado”.

Há dois pontos a serem analisados na visão econômica supramencionada. Em primeiro lugar, o fato simplista de tratar distribuição de renda como uma questão que permeia exclusivamente a problemática salarial, quando bem sabemos que a acessibilidade aos serviços públicos, a utilidade (ou função) de determinada porção de terra urbana e seus aspectos de vizinhança, o preço dos recursos e, os impostos, dentre outras variáveis, aumentam as desigualdades.

O segundo ponto está no posicionamento neoclássico da economia de mercado como doutrinadora espontânea de acontecimentos espontâneos numa lógica econômica. Parece se assemelhar ao que Harvey (1980), imbuído de uma leitura liberal, chamou de **contribuição produtiva atual**, isto é, quanto maior o resultado de um grupo ou de um indivíduo, maior será seu benefício. Eugênio Gudín acaba por excluir qualquer possibilidade de distribuição de renda por meio:



- Da *desigualdade intrínseca*, onde os benefícios são para todos, independente da contribuição;
- Da *valorização de serviços em termos de oferta e demanda*, onde maiores são os direitos a quem domina os recursos escassos;
- Da *necessidade*<sup>13</sup>, onde falamos de níveis iguais de benefícios;
- Dos *direitos herdados*, onde as reivindicações são baseadas em direitos pretéritos;
- Do *mérito*, onde as especializações reivindicam maiores benefícios;
- Da *contribuição ao bem comum*, onde seriam maiores os benefícios aos que beneficiam maior número de pessoas e;
- Dos *esforços e sacrifícios*, onde seriam maiores os benefícios aos que desempenham esforços e sacrifícios acima de sua capacidade (HARVEY, 1980).

As políticas de redistribuição de renda em vários locais do mundo estendem-se de tal sorte que esta listagem poderia ser substancialmente maior, entretanto, interessa-nos verificar, sem abordar a inteligibilidade das políticas citadas, que há uma visão reducionista em tratar o salário mínimo como diferencial negociável para uma melhor distribuição de renda. Valemos-nos de uma interpretação intuitiva de que o aumento de poder de compra das classes menos favorecidas, conjuntamente, indica aumento de consumo e conseqüentes efeitos de raridade que majoram o preço e provocam piques inflacionários, o que, significativamente, se trata de uma problemática recorrente na cultura economicista nacional. Não nos esqueçamos que aos olhos da divisão do trabalho não nos alimentamos de fontes que não as da produção, ou seja, não cogitamos as influências do capital especulativo, nem tampouco as diretrizes bancárias que impulsionam a fluidez deste capital ao sabor das “fronteiras” territoriais conhecidas, algo bem distante do que Marx formulou.

#### **As decisões político-econômicas**

Hoje, “há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado” (HARVEY, 2005, p.79) e convém ressaltar, dentro de uma concepção materialista, que o Estado é uma forma particular de inserção do “privado” no espaço social, até porque somente ele (o Estado) é capaz de promover esta introdução. Isto se dá porque, muito embora considerado um instituto independente, o Estado nasce dos conflitos contraditórios entre indivíduo e comunidade, e esta contradição germina na estrutura social classista determinada pela divisão do trabalho (MARX E ENGELS, 1970 *apud* HARVEY, 2005, p.79) que ele é instado a controlar ou mediar, nas situações de conflito.

O Estado, então, rebenta do útero da sociedade e dota-se de um poder que transcende esta sociedade-mãe. Este poder é, ao mesmo tempo, controlador e mediador das diferenças, capaz de manter antagonismos através de estratégias de domínio e de ideologia. Marx e Engels (1970) *apud* Harvey (2005, p.81) lembra que a classe que domina economicamente, também domina como pensadora de forma a regular a “produção e a distribuição de idéias de sua época”, tornado-as idéias universais, não obstante de interesse privado.

Cabem, desta forma, ao Estado, a organização e a gestão do território, isto é, respectivamente, a promoção do processo de acumulação do capital e as regulações social e política da sociedade. Quando age em favor da acumulação de capital, o faz por meio de arranjos técnicos e jurídicos em setores pouco rentáveis, como afirma Corrêa (2003, p.62) ao relatar os investimentos estatais em ferrovias, casas populares, energia elétrica, dentre outros, desempenhando a função que interessa ao grande capital.

O aspecto regulador obtém alicerce na criação de regras legais. Castells (1998) atribui ao Estado a representação política (veio intrínseco ao que já foi mencionado), a regulação econômica (conforme os interesses do grande capital) e solidariedade social. Harvey (2005, p.93) lembra-nos que “o Estado precisa desempenhar suas funções básicas”, isto é, funções de suporte social e pela coletividade. Prossegue dizendo que se não obtém êxito neste intuito, precisa ser reformado, “ou então, o capitalismo deve dar lugar a algum outro método de organizar a produção material e a vida cotidiana”.

A conclusão sobre o exposto parece acompanhar Harvey (1980), isto é, de que há relação entre

decisões políticas e redistribuição de renda real e que a redistribuição de renda real, sob estes mecanismos políticos, tende a beneficiar o rico e enfraquecer o pobre. Daí que “as perspectivas de equidade ou de justa distribuição de renda em um sistema urbano através de um processo político naturalmente emergente [...] são certamente precárias” (p.65).

O Brasil, no período ditatorial, observava uma sociedade que almejava liberdade. Findo tal período, a palavra-chave das necessidades coletivas passou a ser *cidadania*. No intuito de alcançá-la, as políticas de ação social ganham notoriedade no cenário político como ações de justiça social, porém, bem menos revolucionárias do que supúnhamos que deveriam ser.

### **Questões de Economia Espacial ou abordagens da Geografia Econômica?**

A partir de 1950, a Economia passou a atentar para a “localização das atividades econômicas, proximidades, concentração, interdependência, dispersão, efeitos de transporte, competência por espaço, áreas de mercado, semelhança ou diversidade de modelos de organização espacial” (CAPEL, 1989, p.116) naquilo que foi denominado “Economia Espacial”. Apesar de evidentes “invasões” no objeto da Geografia, os economistas da época supunham justificá-las sob a argumentação de que o que diferenciava as ciências não eram, simplesmente, seus objetos, mas a base teórica do seu “ponto de vista”, em uma aplicação muito clara de um corporativismo (p.117).

Só que os economistas enfrentaram problemas similares aos geógrafos ao intentarem uma Economia Regional: “definir e delimitar região” (p.116). De qualquer forma, para Dubey (1974)<sup>14</sup> *apud* Capel (1989, p.118) a Economia Regional derivaria de três elementos “únicos e fundamentais da existência humana”:

- “o fato de que as atividades humanas ocupam espaço e que entre elas existe separação espacial”;
- “os recursos, sua produção e seu consumo não estão homogeneamente distribuídos no espaço”, se modificam no tempo e se apresentam desigualmente distribuídos, assim como evidencia a tendência de “concentração da produção que resulta de atividade humana” e;
- “os recursos são escassos e capazes de usos alternativos”.

A Geografia Humana, nos países socialistas, é chamada de Geografia Econômica e o geógrafo soviético Saushkin enumerou problemas econômicos (ou objetos de estudo da Economia Regional) que haviam sido interpretados, estudados e avaliados por geógrafos do mundo todo, por mais de meio século, como:

*“o desenvolvimento econômico de territórios de vários tipos (grifo nosso); a divisão geográfica do trabalho; o desenvolvimento econômico integrado e a formação e o crescimento dos complexos territoriais de produção (grifo nosso); a organização territorial dos distritos e nós industriais; a organização territorial dos complexos agrícolas e agroindustriais; a regionalização agrícola e a organização territorial das regiões agrícolas; a organização territorial dos sistemas de cidades; a evolução econômica e o uso de associações territoriais e de tipos individuais de recursos naturais; a planificação regional e; os modelos econométricos de sistemas regionais e sobre as localizações das forças produtivas” (SAUSHKIN, 1976<sup>15</sup> *apud* CAPEL, 1989:121).*

Mesmo relutantes em assimilar a justificativa do “ponto e vista”, podemos entender que o contexto científico que engloba objetos de estudos da Economia e da Geografia, no que concerne ao desenvolvimento e à formação sócio-espacial na condição de evidência da distribuição de renda, poderia limitar a aplicação das referidas ciências, sendo que à Economia caberia a competência de entender os fenômenos econômicos que originam as desigualdades espaciais, como questões econômicas que são e; à Geografia, a responsabilidade de analisar e avaliar a magnitude dos efeitos sócio-espaciais, de forma interpretativa, no corpo de abordagens geográficas, como nos parecem se apresentar. De forma ciclicamente evolutiva, as ciências se

complementariam em informações e não se digladiariam na busca de objetos de análise.

### Considerações finais

Os caminhos do desenvolvimento e o muro econômico que divide o mundo em países desenvolvidos e não-desenvolvidos, bem como as barreiras na distribuição de renda que promulgam divisões intra-nacionais, sugerem um quadro social propício a revoluções. Talvez não falemos de revoluções no mais extremo dos seus sentidos, onde seu alcance configuraria uma modificação tão radical quanto imprevisível, no sentido de sua governabilidade. Falamos de revoluções capazes de minimizar as diferenças intrínsecas aos processos desenvolvimentistas, falamos da formação sócio-espacial contínua evidenciando menores contrastes tipológicos. Harvey (1980) fala que as revoluções idealizadas não podem ser separadas de revoluções práticas. Diz, ainda, que há uma necessidade de revolução no pensamento geográfico para prover interpretações adequadas da realidade social na qual nos encontramos, onde nos sugere o uso do pensamento marxista. David Harvey segue dizendo que é preciso uma teoria geográfica revolucionária para lidar e entender a formação sócio-espacial e sua permanência (teoria do uso do solo). Já falamos da Escola de Sociologia de Chicago e vale ressaltar que um grande segmento da teoria do uso do solo em Geografia tem inspiração na dita Escola, onde a cidade é analisada como produto do urbano, um complexo ecológico dentro do processo de adaptação social, uma especialização de funções e um estilo de vida.

Acreditamos que quanto mais a Geografia entender os processos econômicos moldadores das diferenças espaciais, ponderando, dentro de seu alcance científico, as percepções psicológicas e os valores culturais que permeiam linhas teóricas da Geografia Humana, mais eficientes serão suas contribuições científicas à revolução prática sugerida por Harvey (1980).

A evidência do desenvolvimento acarreta consigo as desigualdades sociais e seus rebatimentos no espaço geográfico, assim, as inovações e, portanto, seus ambientes inovadores, constituem um *substractum* de análises de contradições que subvertem qualquer evento natural de equilíbrio de forças ou de distribuição sócio-espaço-temporal dos rendimentos apresentados neste cenário, com implicações originadas no íntimo das ciências econômicas e com reflexos na formação sócio-espacial.

Cabe às estratégias de desenvolvimento regional e às políticas de justiça social, a tarefa de tornar estas desigualdades menos intensas, mesmo que substancialmente contraditórias sejam as relações que a justificam.

### REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKI, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 496 p.

CAPEL, Horacio. **Geografia humana y ciencias sociales: una perspectiva histórica**. 2. Ed. Barcelona: Montesinos, 1989. 139 p. (Biblioteca de Divulgación Temática 38)

CASTELLS, Manuel. Para o estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Seminário internacional sociedade e a reforma do estado**. São Paulo: MARE, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. Ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 51-84. (Série Princípios 53)

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.

HARVEY, David. A teoria marxista do estado. In: \_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005. P. 75-94.

SPOSITO, Eliseu. Conceitos. In: SPOSITO, Eliseu. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004. p 87-119.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre**



lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p. (Os economistas)

<sup>1</sup> Esta obra foi consultada em sua versão original, isto é, na língua espanhola, sendo que suas citações são traduções livres do autor deste artigo.

<sup>2</sup> Gotttiner (1993) chama de produção social do espaço. Entendemos que se trata do mesmo objeto, mas preferimos o termo que utilizamos.

<sup>3</sup> Esta obra é originalmente de 1911, contudo a versão consultada é de 1982, o que justifica a referência.

<sup>4</sup> Fluxo de troca da vida econômica sem perdas, ganhos ou imperfeições. Situação de equilíbrio.

<sup>5</sup> Esta obra foi editada, originalmente, em 1972, sendo o ano de referência por nós utilizado, o da versão em português.

<sup>6</sup> Luckermann, F. Toward a more geographic economy geography. "Professional Geographer", Washington, n° 10, 1958. p. 2-10.

<sup>7</sup> Obra citada em Capel (1980), porém ausente de sua bibliografia, o que nos impede de identificá-la.

<sup>8</sup> Tord Palander (1935); E.M. Hover (1937) e; August Lösch (1944).

<sup>9</sup> FEBVRE, Lucien. *L'aterre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'histoire* (com a colaboração de Lionel Bataillon), Paris, 1922.

<sup>10</sup> Trata-se de um indivíduo que toma decisões econômicas atuando sempre de forma racional e de acordo com a lógica do sistema econômico dominante, sendo dotado de informações suficiente para a escolha a opção correta, no momento da decisão. Obviamente, trata-se de uma lenda. Uma figura virtual.

<sup>11</sup> As cidades americanas são fortemente caracterizadas por grupos étnicos, por grupos de reterritorializados pela emigração e por grupos religiosos que justificam "guetificações" quase que ausentes no Brasil e nos países não desenvolvidos, onde os choques de limites tipológicos são evidências da renda e sua distribuição.

<sup>12</sup> GUDIN, Eugênio. Salário mínimo. Digesto econômico. São Paulo, ago. – dez. 1954.

<sup>13</sup> "Definir justiça social em termos de necessidade impõe-nos a questão global, desconfortável, do que significa necessidade e como poderia ser medida" (HARVEY, 1980).

<sup>14</sup> Referência ocultada na bibliografia de Capel (1989).

<sup>15</sup> SAUSHKIN, Y. G.. *Economic Geography among the cognate disciplines*, "Soviet Geography", vol. 17, n° 10, dez. 1976, p. 655-664.